



Escola Judiciária Eleitoral - DF
Rui Barbosa

Governança Corporativa e Governança Governamental no Contexto do Poder Judiciário

Prof. Dr. J. Souza Neto, CGEIT, CRISC

Universidade Católica de Brasília

Vice-Presidente do Capítulo Brasília da ISACA

Agenda

- Definição de Governança Corporativa
- Governança no Setor Público
- Governança no Poder Judiciário – Reflexões
- Conclusões



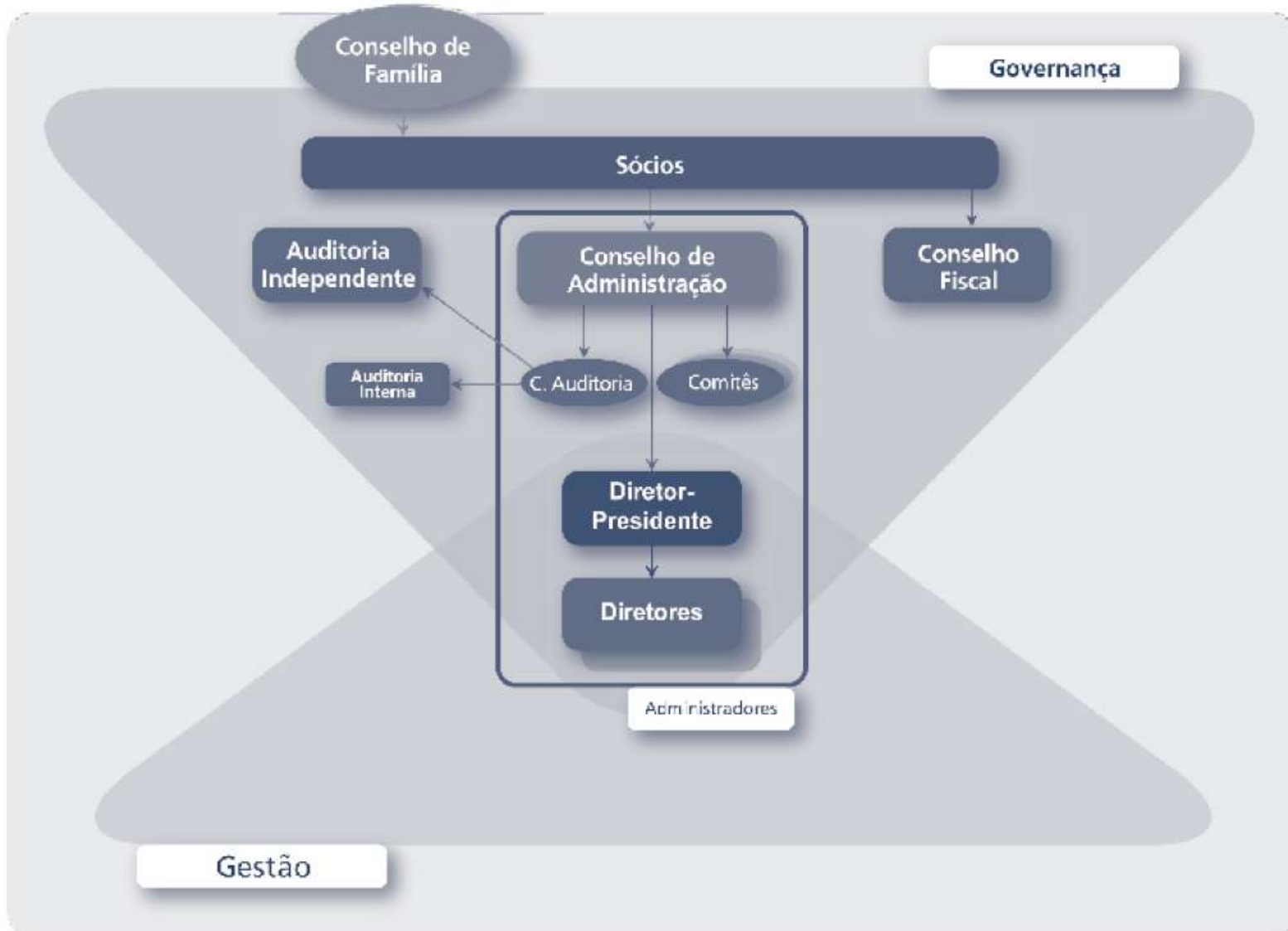
Escola Judiciária Eleitoral - DF
Rui Barbosa

DEFINIÇÃO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa segundo o IBGC

- É o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo o **relacionamento entre** acionistas/quotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria independente e Conselho Fiscal.
- As boas práticas de Governança Corporativa têm a finalidade de **aumentar o valor** da sociedade, facilitar seu acesso ao capital e **contribuir para sua perenidade**.

Sistema de Governança Corporativa - IBGC



Conselho de Administração



- É de deliberação colegiada, cuja missão é **proteger e valorizar o patrimônio da sociedade**, orientar a Diretoria e maximizar o retorno do investimento.
- **Não deve interferir nos assuntos operacionais**, o que compete à Diretoria – a representação da sociedade é privativa dos Diretores
- Equivale ao *Board of Directors*

Conflitos de Agência

- Empresas familiares e a sucessão
- Separação da Propriedade e da Gestão
 - Acionistas – são os outorgantes
 - Gestores – são os agentes executores

Conflitos de Agência

- Ocorre, entre acionistas e gestores, uma relação de agência fundamentada na **contratação de decisões que maximizem a riqueza dos acionistas.**
- Entretanto, os gestores profissionais também têm seus próprios interesses e procuram maximizá-los...
- **O contrato que procura estabelecer a conciliação é a Governança Corporativa.**

As Razões dos Conflitos de Agência

- Axioma da Klein
 - Não existe contrato completo
 - Descontinuidades e incertezas da vida corporativa
- Axioma de Jensen-Meckling
 - A inexistência do agente perfeito
 - Dificilmente, objetivos alheios movem as pessoas a serem tão eficazes quanto o são para a consecução de seus próprios interesses.

Pilares da Governança Corporativa

- **Transparência (disclosure)**
 - Compromisso com a **informação espontânea, ágil e direta** – “da obrigação para o desejo de informar”
 - Que seja explicitado o **desempenho da organização**, obtido de forma plenamente transparente, com o fornecimento de informações relevantes, suficientes e tempestivas, durante o processo de prestação de contas.
- **Prestação Responsável de Contas (*accountability*)**
 - Responsabilidade na prestação de informações
 - Que seja realizada uma boa prestação de contas demonstrando, de forma inequívoca, **o alinhamento esperado da gestão às diretrizes estratégicas**

Pilares da Governança Corporativa

- **Eqüidade (*fairness*)**
 - Tratamento justo e indiscriminado aos grupos minoritários
 - Seja aplicado o direito, mas sendo o mais próximo possível do justo, do razoável
- **Sustentabilidade**
 - **Responsabilidade social** nas práticas corporativas



Escola Judiciária Eleitoral - DF
Rui Barbosa

GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

Governança no Setor Público

- **VISÃO INTERNA - Governança Corporativa das Organizações Públicas** é a maneira como se organiza e administra os órgãos e entidades do Governo.
- **VISÃO EXTERNA - Governança Governamental** são os processos que cuidam da aquisição e distribuição de poder pela sociedade. Expressam a **gestão dos recursos públicos para concretizar objetivos políticos** e atender a sociedade que representa.

Governança Governamental

- É a proteção da interrelação entre gestão, controle e fiscalização por organizações governamentais e por organizações criadas por autoridades governamentais, visando à concretização dos objetivos políticos de forma eficiente e eficaz, bem como a comunicação aberta e a prestação de contas, para benefício das partes interessadas. *Timmers (2000)*

Governança Corporativa na Administração Pública Federal

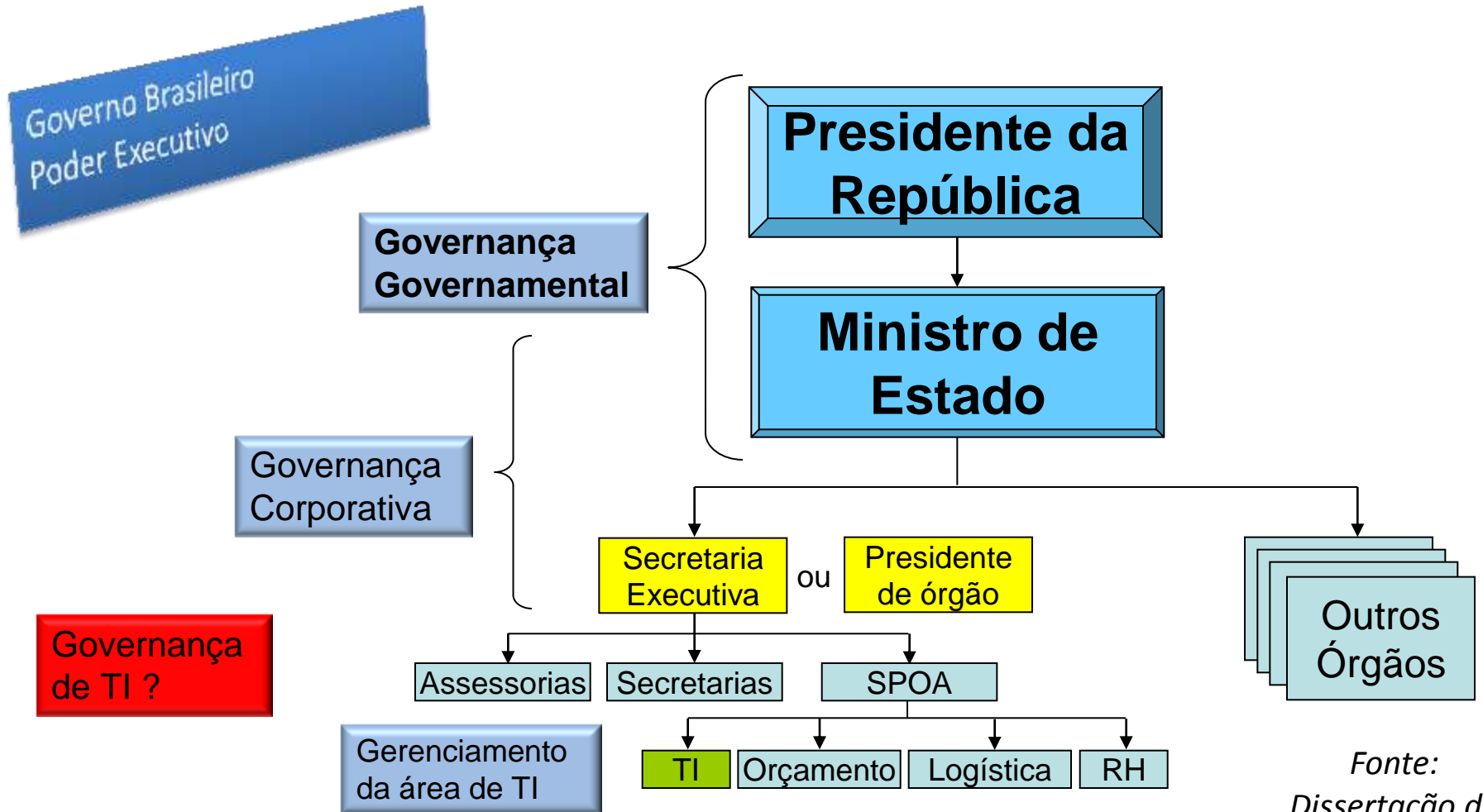


- O Decreto nº 6.021 define governança corporativa como:
“o conjunto de práticas de gestão, envolvendo, entre outros, os relacionamentos entre acionistas ou quotistas, conselhos de administração e fiscal, ou órgãos com funções equivalentes, diretoria e auditoria independente, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e proteger os direitos de todas as partes interessadas, com transparência e equidade, com vistas a **maximizar os resultados econômico-sociais da atuação das empresas estatais federais**”.

Governança no Poder Executivo



Escola Judiciária Eleitoral - DF
Rui Barbosa

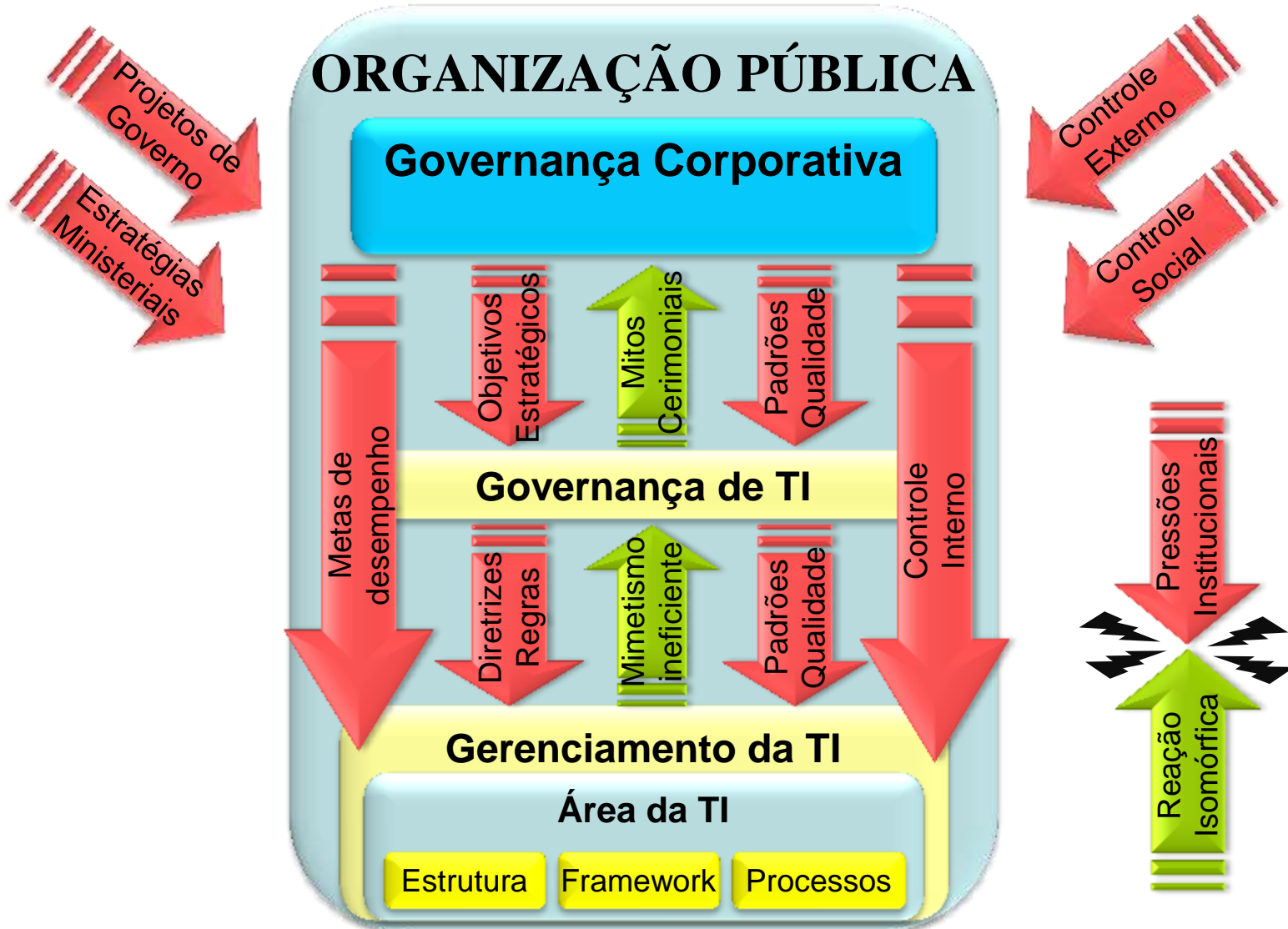


Fonte:
Dissertação de
Geraldo Loureiro
UCB 2009

Diferença entre o Setor Público e o Setor Privado

- Reside na forma como os agentes responsáveis pela governança reagem às Pressões Institucionais.
 - No setor privado, o foco está na alavancagem ou reversão do resultado financeiro, na busca da **melhor remuneração do capital investido** para sobrevivência da empresa e salvaguarda das ações de decisões dos gestores.
 - No setor público, quando inexistem indicadores de resultado e prevalecem metas ambíguas ou inexecutáveis, **o mais importante é o cumprimento de procedimentos históricos, ritos legais e mitos culturais.**

Pressões Institucionais



Teoria Institucional

- Isomorfismo Coercitivo
 - Pressões formais e informais exercidas pelos órgãos de controle.
- Isomorfismo Mimético
 - Ocorre quando imperam incertezas no ambiente, levando as organizações a modelarem-se em outras.
- Isomorfismo Normativo
 - Tem origem na profissionalização, educação formal e disseminação de conhecimento por especialistas.



Escola Judiciária Eleitoral - DF
Rui Barbosa

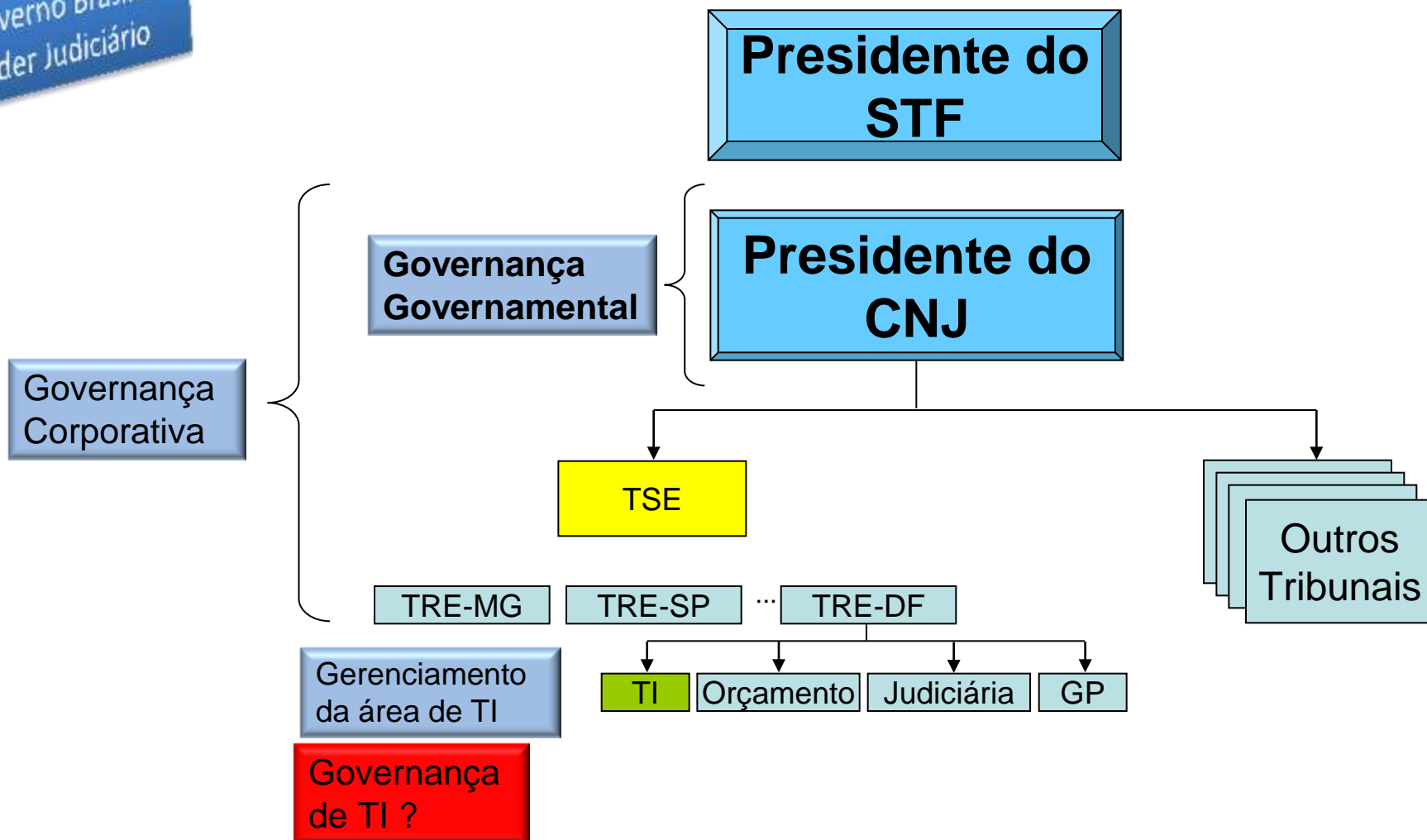
GOVERNANÇA NO PODER JUDICIÁRIO - REFLEXÕES

Governança no Poder Judiciário



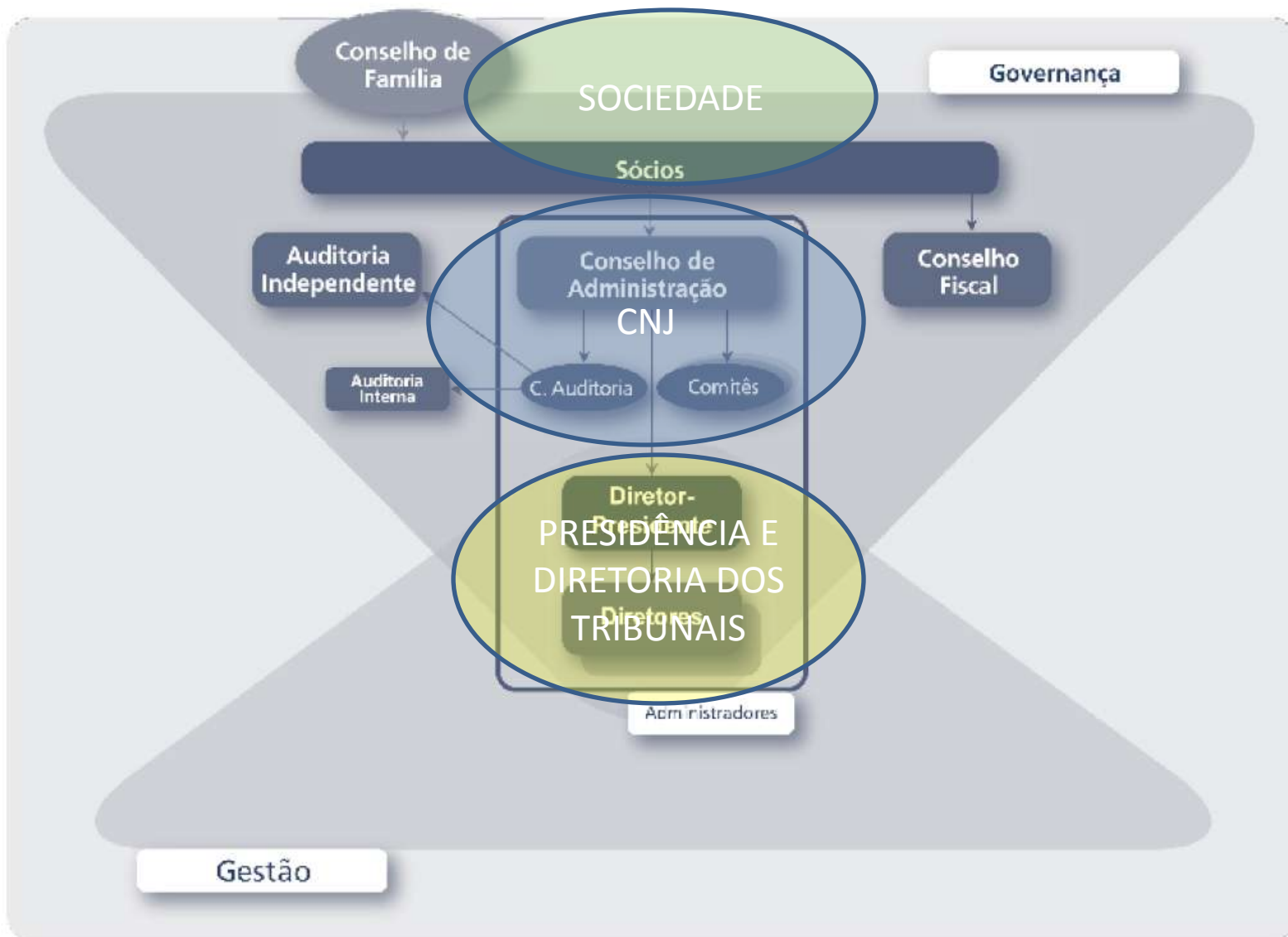
Escola Judiciária Eleitoral - DF
Rui Barbosa

Governo Brasileiro
Poder Judiciário



Sistema de Governança Corporativa

Contexto do Judiciário



Conclusões

- A discussão sobre Governança no Poder Judiciário passa pela discussão dos papéis e das responsabilidades dos atores e das partes interessadas, nesse novo contexto.
- A definição e a implantação de um modelo de Governança para o Poder Judiciário, certamente, contribuirá positivamente para a efetividade e a eficiência da gestão dos seus órgãos.



Escola Judiciária Eleitoral - DF
Rui Barbosa

Governança Corporativa e Governança Governamental no Contexto do Poder Judiciário

Prof. Dr. J. Souza Neto, CGEIT, CRISC

Universidade Católica de Brasília

Vice-Presidente do Capítulo Brasília da ISACA